

Tesouro americano não quer recompra da dívida

19 FEV 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

externa

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — O Departamento do Tesouro “vai matar” a idéia de que a dívida externa latino-americana, no valor de US\$ 250 bilhões, possa ser recomprada com deságio, quando apresentar ao Congresso um estudo encomendado há seis meses. Quem deu esta informação à Agência Estado foi um funcionário do governo norte-americano com acesso ao rascunho do estudo, e o jornal *The Washington Post* também a publicou, acrescentando que o Departamento do Tesouro pediu ao Congresso (e conseguiu) mais três semanas além do prazo, que termina dia 23, para a apresentação de um relatório final.

“A percepção generalizada é a de que o Tesouro não pode examinar objetivamente a criação de um instituto da dívida, porque é contra”, declarou um funcionário do governo.

O Japão e a França, os países devedores, vários senadores e deputados americanos, além de importantes economistas, defendem há algum tempo a criação de um instituto destinado a recomprar a dívida com o desconto do mercado secundário (que no caso do Brasil, ontem, chegava a 70%) e depois a cobrar, em termos mais flexíveis com algumas condicionalidades.

O secretário de Estado, James Baker, mostrou-se contra esta idéia ao ser questionado sobre a dívida, no Congresso, no mês passado. Para ele, o perdão parcial seria “um prêmio ao calote”, ao beneficiar com maiores descontos o País que menos servir sua dívida. Além disso, o deságio acabaria sendo pago pelo contribuinte americano.

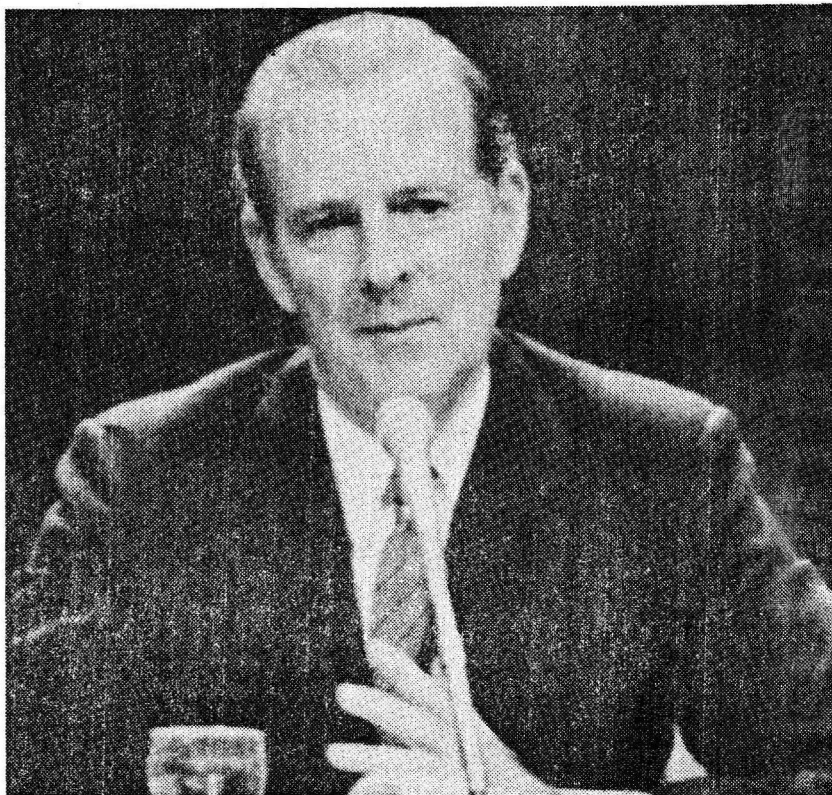
“Há mecanismos para reduzir ou evitar o quadro descrito pelo secretário James Baker”,

afirmou um funcionário do governo. E acrescentou: “Um dos problemas, realmente, é a capitalização desse instituto da dívida. E outro, a fixação de condicionalidades aos países participantes. Temos uma experiência que demonstra pouca fidelidade às reformas econômicas. Como podemos assegurar que os devedores contemplados com o desconto sigam políticas melhores, adotem medidas que impeçam uma recaída na mesma situação?”

A mesma fonte disse que discorda de Baker, quando ele antecipa “um prêmio ao calote”, por causa de um aspecto moral: “Que país se disporia a

um suicídio para ter um desconto?”, indagou.

Os bancos comerciais firmaram posição contra o instituto da dívida, recentemente, prometendo lutar na Justiça contra qualquer tentativa de forçá-los a conceder perdões parciais para o débito do Terceiro Mundo. Para eles, o caminho a seguir é o mesmo que levou à conclusão do acordo firmado com o Brasil em setembro, que combina dinheiro novo com alguns mecanismos de redução voluntária da dívida, como conversão, *Exit Bonds* e *Relending*, que é o reempréstimo interno dos créditos em cruzados depositados no Banco Central.



Reuter-11/1/89

Baker condena perdão parcial: “Prêmio ao calote”